

descomplica

HORA DO *TREINO DE* FILOSOFIA



EXERCITAR
DÁ JOGO
NO ENEM



TREINAR OS TOP CONTEÚDOS DÁ JOGO NO ENEM

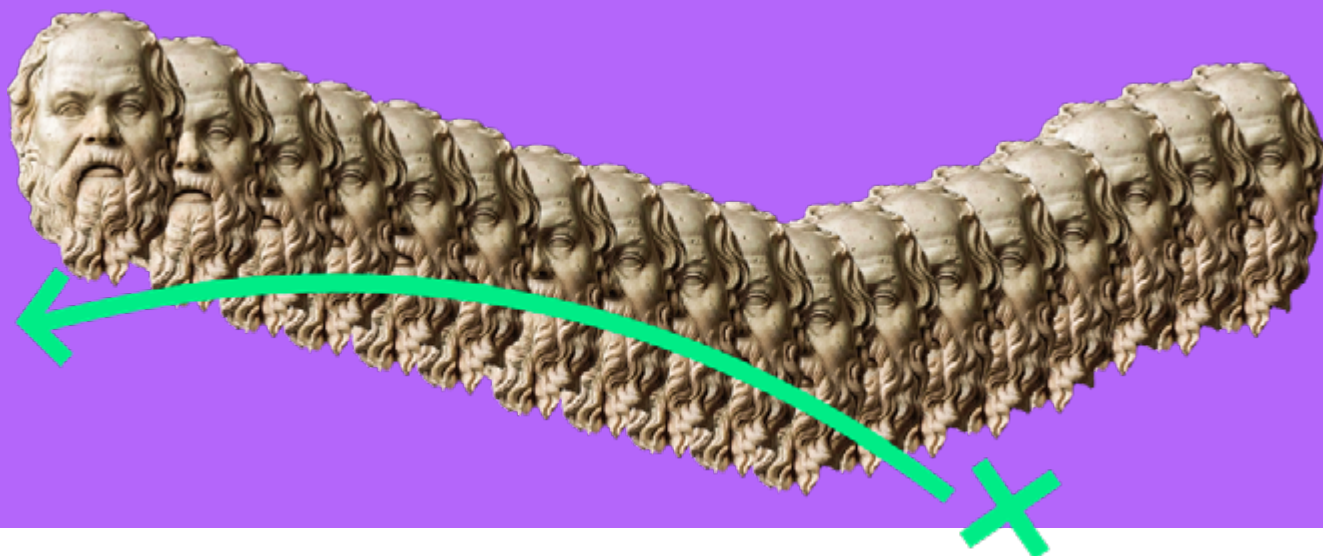
Nosso time de craques analisou mais de 900 questões do Enem e descobriu quais são os assuntos que mais caíram nos últimos cinco anos de prova. E para te ajudar a focar neles, montamos esse material com as questões mais quentes de cada disciplina e gabarito comentado.

Agora é hora de calçar a chuteira e começar a aquecer porque o jogo tá chegando, viu?

Bom treino!



FILOSOFIA



Filosofia antiga

(Caiu 3 vezes no Enem 2017,
1 vez no Enem 2018,
2 vezes no Enem 2020
e 1 vez no Enem 2021)



Sócrates

O pensamento socrático é considerado um marco para a filosofia, na medida em que inaugura um momento que ficou conhecido como **período antropológico**. Partindo da máxima: “Conhece-te a ti mesmo”, inscrita na entrada do **Oráculo de Delfos**, Sócrates deslocou o foco da investigação filosófica das questões cosmológicas (acerca da origem e da composição do Universo), para as questões

antropológicas, isto é, questões que são relativas à própria vida humana, tais como: “O que é a coragem?”, “O que é a virtude?”, “O que é a justiça?” etc.

Em oposição à retórica dos sofistas que Sócrates desenvolveu a sua **dialética**, também conhecida como **método socrático**, cujo objetivo era mostrar, por meio do **diálogo** e da **oposição de ideias**, um caminho racional para o conhecimento verdadeiro. Para ele, a função do diálogo não é persuadir, mas sim fazer com que as pessoas alcancem a verdade.

O método socrático consistia, basicamente, em duas etapas. A primeira chamada de **ironia** e a segunda de **maiêutica**. Ironia, do grego eironeia corresponde à “ação de perguntar, fingindo ignorar”. Desse modo, a ironia socrática diz respeito ao conjunto de perguntas por meio das quais Sócrates interrogava os seus interlocutores, a respeito dos conhecimentos que, até então, eles tomavam como verdadeiros. Tais perguntas tinham o **objetivo de evidenciar a ignorância** desses interlocutores.

Maiêutica, por sua vez, do grego *maieutiké*, significa “a arte de fazer um parto”. Sócrates dizia que, enquanto sua mãe fazia o parto de corpos, ele ajudava a trazer à luz as ideias. Por isso, a maiêutica consiste na **investigação dos conceitos**. Nesse momento, Sócrates fazia novas perguntas para que seu interlocutor refletisse a respeito do assunto em questão. Dessa reflexão, surgia a possibilidade de formular um conhecimento verdadeiro (episteme), **fundamentado na razão**.



Platão

Platão defende que a realidade se divide em dois mundos distintos, a saber: o **mundo sensível** e o **mundo inteligível**. O mundo sensível recebe esse nome justamente porque nós o percebemos por meio dos **sentidos** (visão, audição, tato, olfato e paladar). Nele estão presentes todos os **objetos materiais**. Entretanto, por sua própria condição material, esses objetos são imperfeitos e estão sujeitos ao movimento e à transformação.

O mundo inteligível (também chamado de mundo das Ideias ou mundo das Formas) recebe esse nome justamente porque nós só o acessamos por meio do intelecto, isto é, da **razão**. Nele estão presentes as **ideias**, que são imateriais, perfeitas, eternas e imutáveis. Com isso, surge a **teoria da participação**, segundo a qual as ideias são a essência das coisas que existem no mundo sensível. Ou seja, um objeto material como uma cadeira, por exemplo, existe no mundo sensível porque participa da ideia de cadeira presente no mundo inteligível.

Há, portanto, uma superioridade do mundo inteligível em relação ao mundo sensível, uma vez que os objetos materiais são apenas cópias imperfeitas das ideias. Além disso, dado que os sentidos são enganosos e que os objetos materiais estão em constante transformação, o mundo sensível não nos proporciona um conhecimento verdadeiro.

Nessa perspectiva, o conhecimento verdadeiro se encontra apenas no mundo inteligível.

Para ilustrar essa passagem da ignorância para o conhecimento, Platão recorre a uma alegoria, comumente conhecida como **Mito da Caverna**.

Ele nos conta que algumas pessoas estão acorrentadas, desde a infância, em uma caverna, de modo que a única coisa que conseguem enxergar é a parede ao fundo. Nessa parede, são projetadas as mais variadas sombras, que eles acreditam ser a realidade. Tratam-se, no entanto, de sombras de marionetes, que são manipuladas por pessoas que estão atrás de um muro, onde há também uma fogueira.

Nesse cenário, se um dos prisioneiros fosse arrancado de sua condição e pudesse contemplar os objetos reais, sofreria até que seus olhos se acostumassem com a intensidade da luz. Assim, seria capaz de distinguir primeiro as sombras, depois as imagens dos homens e dos objetos refletidas nas águas e, por fim, os objetos vistos diretamente. Com o tempo, ele estaria pronto, inclusive, para contemplar o próprio Sol. Se esse mesmo prisioneiro retornasse para a caverna e tentasse libertar os demais, contando tudo aquilo que viu do lado de fora, é provável que zombassem dele. E, em certo ponto, caso ele insistisse, tentariam matá-lo, tal como aconteceu com Sócrates.

A partir dessa alegoria, podemos identificar quatro formas de realidade: as **sombras**, que correspondem à aparência sensível das coisas; **as marionetes**, que correspondem à representação das próprias coisas sensíveis

(como os animais e as plantas); **o exterior da caverna**, que corresponde à realidade das ideias; e o **Sol**, que corresponde à suprema ideia do Bem, da qual todas as outras ideias se originam. Com isso, podemos concluir que existem diferentes graus de conhecimento, que formam a chamada **ascensão dialética**.



Aristóteles

Para Aristóteles, **ética e política** são indissociáveis, uma vez que ambas constituem a chamada filosofia prática, isto é, a parte da filosofia voltada para a **ação humana**.

Desse modo, podemos definir a ética, na perspectiva aristotélica, como sendo a reflexão filosófica sobre as ações humanas.

Entretanto, para realizar essa reflexão, é preciso assumir duas premissas básicas. A primeira: “o homem é um animal racional”. A segunda: “o homem é um animal político”. Além dessas duas premissas é preciso compreender a noção de ***eudaimonia***.

De modo geral, a palavra eudaimonia é traduzida como “felicidade” ou ainda como “realização”. Pensando a partir da teoria das quatro causas de Aristóteles, podemos concluir que a felicidade corresponde à causa final do homem. Em outras palavras, a finalidade (télós) de todas as ações e condutas humanas é alcançar a felicidade.

Por isso, a felicidade é entendida como o **fim último** ou **bem supremo**.

Há, portanto, os **bens relativos** e o **bem supremo**.

Os bens relativos dizem respeito a tudo aquilo que fazemos como um meio para alcançar um determinado objetivo, como o vestibular, por exemplo, que serve apenas como um meio para garantir uma vaga na universidade.

O bem supremo, por sua vez, é aquele que buscamos por si mesmo, como é o caso da felicidade.

Nesse sentido, se todas as nossas ações buscam, em última instância, a felicidade, é preciso se perguntar em que consiste a felicidade, ou seja, qual é o seu conteúdo. Para Aristóteles, o conteúdo da felicidade não está relacionado aos prazeres do corpo, uma vez que não se trata de uma característica exclusivamente humana, já que os outros animais também sentem prazer.

Para ele, o conteúdo da felicidade também não está relacionado à honra, uma vez que aquilo que pensam de você depende, em parte, das suas ações em público, mas depende muito mais dos outros. Ora, se a felicidade é um bem a ser alcançado ela precisa depender, necessariamente, da própria pessoa e não de condições externas como é o caso da honra. O conteúdo da felicidade também não está relacionado às riquezas materiais, já que a riqueza é apenas um meio e não um fim em si mesma.

De acordo com Aristóteles, o conteúdo da felicidade está relacionado à **areté**, que nós traduzimos como **virtude**.

No contexto grego, a palavra areté comporta diversos significados, dentre eles a noção de “capacidade” ou de “excelência”. Assim, podemos dizer que a areté do olho é enxergar bem, a areté do cavalo é correr, a areté do soldado é guerrear. Desse modo, Aristóteles define o bem próprio do homem como “a atividade da alma em conformidade com a virtude; se as virtudes são muitas, segundo a melhor e mais perfeita. Isso vale também para uma vida completa”.

Para compreender qual é a virtude do homem enquanto homem, ou seja, aquilo que o distingue dos outros animais, é preciso ter em mente a constituição da alma humana. Segundo Aristóteles, a alma é constituída por uma **parte vegetativa**, cuja função é manter o corpo; por uma **parte sensitiva**, relacionada às paixões; por uma **parte intelectual**, que corresponde à capacidade racional.

A parte vegetativa nós compartilhamos com todos os seres vivos, uma vez que todos eles possuem uma disposição interna relativa à manutenção do corpo. Por isso, a ética se dedica apenas à parte sensitiva, que diz respeito ao controle das paixões e à parte intelectual, que busca conhecer pela razão. As virtudes da parte sensitiva são chamadas de **virtudes éticas**, enquanto as virtudes da parte intelectual são chamadas de **virtudes dianoéticas**.

Aristóteles propõe que as virtudes éticas são alcançadas por meio do hábito, ou seja, da ação repetitiva e da ação constante no tempo. Em outras palavras, para ser justo é preciso praticar ações justas e ser justo constantemente.

Assim, as virtudes éticas podem ser entendidas como o **meio-termo** ou a **justa medida** entre o excesso e a escassez. Por exemplo, a virtude da coragem é o meio-termo entre o excesso, que é a temeridade e a escassez, que é a covardia. Com isso, concluímos que o meio corresponde à virtude e os extremos correspondem ao vício.

Com relação à parte intelectiva da alma, onde estão as virtudes dianoéticas, Aristóteles faz uma subdivisão em: **razão teórica**, cuja função é conhecer o imutável e o necessário, e **razão prática**, cuja função é conhecer o mutável e o contingente. Segundo ele, a virtude dianoética da razão teórica é a sophía, entendida como “sabedoria” e a virtude dianoética da razão prática é a phrónesis, que pode ser traduzida como “discernimento”, “prudência”.

Nessa perspectiva, a phrónesis, adquirida por meio da experiência de vida, consiste em governar a si mesmo de acordo com a justa medida, sendo capaz de discernir o que é bom e o que é mau a respeito dos sentimentos paixões e ações. Já a sophia, adquirida por meio da contemplação das verdades eternas, consiste no conhecimento buscado como um fim em si mesmo e deve perdurar pela vida inteira. Por isso, a vida de acordo com a sabedoria corresponde à vida feliz.

Filosofia medieval

(Caiu 2 vezes no Enem 2018,
1 vez no Enem 2019
e 1 vez no Enem 2021)

Patrística

Patrística, do latim pater que significa “pai”, diz respeito ao surgimento da filosofia cristã e à atividade dos chamados “Pais da Igreja”, bem como ao período de transição entre a Antiguidade e a Idade Média. Embora não haja consenso sobre as datas de início e término desse período, podemos compreendê-lo a partir de alguns eventos importantes, como as Epístolas de São Paulo (séc. I d.C.) e a morte de Santo Agostinho, bispo de Hipona (séc. V d.C.).

No pensamento filosófico de Agostinho de Hipona (considerado um dos principais nomes da patrística) podemos identificar componentes das várias correntes com as quais o autor teve contato.

A mais importante delas é o **pensamento platônico**, majoritário nas concepções agostinianas.

Baseando-se na passagem bíblica: “Se não crerdes, não compreendereis” (Isaías, 7:9), Agostinho soluciona a dicotomia entre fé e razão. Para ele, não se trata de coisas opostas, mas sim complementares.

A razão, entendida como uma **luz natural**, é um dom divino e, por isso mesmo, deve ser utilizada.

Porém, por sua natureza corrompida pelo pecado original, a mente humana não é capaz de alcançar a verdade apenas com o auxílio da racionalidade. Por isso, o homem necessita da fé, que corresponde à **luz divina**, que ativa o intelecto humano para que ele possa alcançar a verdade revelada. Essa concepção ficou conhecida como teoria da **iluminação divina**.

Escolástica

Nascido em 1225, em Roccasecca, no condado de Aquino (atual região do Lácio, Itália), Tomás de Aquino é considerado um dos mais importantes Doutores da Igreja.

Ao lado de São Paulo e Santo Agostinho, Tomás de Aquino figura como um dos grandes pilares de sustentação da doutrina cristã. Principal nome da Escolástica, sua vasta contribuição intelectual e sua vida austera ainda hoje servem de modelo para todos aqueles que se dedicam ao estudo da teologia e ao sacerdócio.

Durante muito tempo, a Igreja impediu a divulgação das obras de Aristóteles, por entender que o seu caráter científico se opunha aos dogmas cristãos. Porém, Tomás de Aquino, um estudioso notável, teve acesso a essas obras, que já haviam sido traduzidas e comentadas por diversos pensadores árabes como Avicena, Averróis e Alfarabi.

Esse contato com o **pensamento aristotélico** foi fundamental para a formulação da sua **teoria das cinco vias**, isto é, dos cinco argumentos que ele apresenta com o objetivo de demonstrar racionalmente a existência de Deus. Assim, as cinco vias propostas por Tomás de Aquino são:

- **Via do motor imóvel:** tudo que se move precisa ser movido por algo ou alguém, mas quem moveu esse alguém? Tal regressão iria ao infinito, se não houvesse um motor imóvel, ou seja, algo que dê origem a todo movimento, mas que não é movido. Tomás de Aquino diz que esse motor é Deus.
- **Via da causa eficiente:** tudo que existe precisa ter sido criado, não é possível que tudo tenha em si mesmo sua origem, mas se uma coisa dá origem à outra, é preciso que algo tenha causado a sucessão dos efeitos; essa causa primeira é Deus.
- **Via do necessário e contingente:** tudo que existe um dia não existiu e pode se extinguir, mas se tudo é contingente, nada poderia existir. Já vimos que, para que algo exista, é preciso que alguma coisa anterior lhe dê origem; logo, há um ser que sempre existiu sem ter sido gerado por nada, um ser necessário, que é gerador de todos os seres. E esse ser é Deus.

- **Via dos graus de perfeição:** todas as coisas são melhores ou piores quando relacionadas a outras, é preciso haver um paradigma de comparação. Se uma coisa é mais ou menos quando comparada com outras, é preciso admitir que há um ser que contém em si todas as perfeições em seu máximo grau, esse ser é Deus.
- **Via da finalidade do ser:** todas as coisas na natureza obedecem a uma ordem e se orientam a um fim, como a flecha orientada pelo arqueiro. Assim, existe um ser que ordena todas as coisas e faz com que tudo chegue a seu fim, esse ser é Deus.

Teoria do conhecimento

(Caiu 3 vezes no Enem 2019,
2 vezes no Enem 2020
e 1 vez no Enem 2021)

Racionalismo

Na modernidade, com as transformações desencadeadas pela **Revolução Científica**, surge uma nova forma de investigação filosófica chamada **teoria do conhecimento**. Essa nova vertente da filosofia buscava responder, em grande medida, às seguintes questões: De que forma o ser humano alcança o conhecimento?

De que maneira ele apreende os objetos externos a ele? Nesse contexto, surgiram duas correntes filosóficas que apresentaram respostas distintas e conflitantes entre si,

a saber, o **racionalismo** e o **empirismo**.

Para os racionalistas, que têm Descartes como figura central, a verdade só pode ser alcançada pela razão. Eles partem da ideia de que os sentidos são enganosos e, por esse motivo, incapazes de nos revelar o conhecimento verdadeiro.

Somente os princípios lógicos (matemáticos) podem servir de base para os conhecimentos seguros. Nessa perspectiva, todos os homens possuem uma gama de **ideias inatas** (ideias trazidas desde o nascimento).

Para Descartes a razão consiste no uso do bom senso para “julgar de forma correta e discernir o verdadeiro do falso”. Mas, embora todos os homens possuam o bom senso, em certa medida, para além de possuí-lo é necessário aplicá-lo bem. E aplicá-lo bem significa aplicá-lo segundo um método. Por isso, em sua obra mais famosa, intitulada Discurso do método (1637), Descartes apresenta o **método cartesiano**, composto por quatro regras para bem conduzir a própria razão. Vejamos:

O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.

O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las. O terceiro, o

de conduzir por ordem os meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros.

E o último, o de fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir.

As quatro regras descritas acima são chamadas, respectivamente de regra da **evidência**; regra da **análise**; regra da **síntese** e regra da **enumeração**.

Apesar de criticar o ceticismo de sua época, Descartes reconhecia a importância da dúvida na produção do conhecimento filosófico. Afinal, conhecimento sem reflexão é opinião, pois não há o que justifique esse conhecimento como verdadeiro. Por isso, Descartes faz uso da dúvida como instrumento, transformando a proposta do ceticismo numa etapa na construção do conhecimento e não na conclusão sobre ele.

A dúvida cartesiana pode ser caracterizada como **metódica**, porque é ordenada, lógica e tem um desenvolvimento controlado, com um determinado fim.

Além disso, ela é também **radical**, porque atinge todo o conhecimento que temos e **hiperbólica** (exagerada), porque considera como falsas todas as opiniões que apresentem o menor indício de dúvida. Em sua obra

intitulada *Meditações Metafísicas* (1641), ele demonstra a aplicação da dúvida, bem como quais são as suas etapas. Vejamos:

- **1ª dúvida (argumento dos sentidos):** Já fui mais de uma vez enganado por minha sensibilidade. Ora, se os sentidos já me enganaram uma vez, que garantia tenho eu de que não me enganarão novamente?

O que sobrevive: as impressões sensíveis mais fortes (de minha própria existência, por exemplo).

- **2ª dúvida (argumento do sonho):** Já tive a experiência, inúmeras vezes, de sonhos intensos, que me pareciam profundamente reais. Ora, se já estive dormindo e cria estar dormindo, o que me garante que não estou dormindo agora? O que resiste: os elementos básicos da percepção sensível (cor, tamanho, textura, tempo, etc.) e as verdades matemáticas.

- **3ª dúvida (argumento do gênio maligno):** Ora, e se houver uma ser todo-poderoso que me engana a cada vez em que eu julgo possuir um conhecimento verdadeiro? É possível concebê-lo, portanto é razoável duvidar.

O que resta: aparentemente nada.

Mas, pensando bem, encontramos uma certeza em meio

a tanta dúvida. Se **estou duvidando, estou pensando**. Ora, se para duvidar é preciso pensar e só posso pensar se existir, duvidar da minha existência confirma exatamente o contrário, isto é, **que eu existo!** (é justamente aqui que surge aquela famosa frase: Cogito, ergo sum ou “**Penso, logo existo**”).

Há agora um ponto fixo indubitável. Com base na certeza da sua existência, Descartes passa a deduzir uma série de outras certezas.

Empirismo

Opondo-se ao inatismo de Descartes, John Locke propõe que **não existem ideias inatas** (ideias que já nascem com os homens, como a ideia de Deus). Para ele, o homem nasce como uma **tábula rasa** (uma folha em branco), isto é, desprovido de qualquer conhecimento e de qualquer ideia. Assim, todo o nosso conhecimento é adquirido ao longo da vida, através da experiência sensível (**sensação**) imediata e de seu processamento interno (**reflexão**).

Francis Bacon foi um grande crítico da ciência dedutiva aristotélica, alegando que para o desenvolvimento da ciência era necessário um método de descoberta e análise mais eficiente, focado numa investigação mais rigorosa, precisa e empírica, como ocorre no **método indutivo**. Além disso, ele também é conhecido por sua famosa **teoria dos ídolos**. Bacon atribui à palavra ídolo, no contexto de sua teoria, o sentido de “erro habitual”, “preconceito”, “noção enganosa” e “equívoco”. Segundo ele, existem quatro tipos de ídolos:

os ídolos da tribo, os ídolos da caverna, os ídolos do foro e os ídolos do teatro.

David Hume é considerado um empirista radical, pois, segundo ele, o conhecimento deriva sempre das percepções individuais, que podem ser impressões ou ideias. A diferença entre impressões e ideias é apenas o grau de vivacidade com que afetam a nossa mente. De um lado, as impressões são percepções originárias, por isso são mais vivas, como ver, ouvir, sentir dor etc. De outro lado, as ideias são percepções mais fracas por serem derivadas, isto é, por serem “pálidas cópias” das impressões. Desse esquema conceitual, podemos concluir que não existem ideias inatas em nossa mente. Portanto, todas as nossas ideias são derivadas das impressões sensíveis.

Há, no entanto, **ideias complexas**, que surgem da associação de ideias simples por meio da nossa imaginação. Assim, se combinamos em nossa mente a ideia de “lobo”, por exemplo, com a ideia de “homem”, podemos formar a ideia de “lobisomem”. Essas associações de ideias ocorrem de três formas distintas, combinando-se por semelhança, contiguidade e causalidade.

- **A associação por semelhança** ocorre quando uma

impressão se liga a uma ideia anterior já contida na mente, como uma rememoração. Hume exemplifica que uma pintura sobre um lugar ou uma pessoa nos remeteria a pensar sobre o lugar ou a pessoa em si.

- **A associação por contiguidade** é relacionada à conexão possível entre os objetos que geram as percepções e ideias. Pensar num cômodo de uma casa pode levar a pensar no restante dos cômodos, assim como pensar em um lápis pode levar a pensar em uma borracha.
- **A associação por causalidade** ocorre quando se observa uma relação de causa e efeito entre determinados fenômenos. Hume utiliza a ferida como exemplo de causalidade, pois pensar numa ferida invariavelmente leva a pensar sobre a dor conseguinte.

Política moderna

(caiu 1 vez no Enem 2018
e 2 vezes no Enem 2019)

Teoria contratualista

Em sua teoria política, **Thomas Hobbes** se propõe a refletir acerca da seguinte questão: por que os indivíduos consentem em, livremente, sujeitar-se a um governo? Para responder tal questionamento, ele nos convida a imaginar como seria a vida dos homens se não houvesse Estado. A partir desse exercício de imaginação, Hobbes formula

uma hipótese sobre o **estado de natureza**, isto é, sobre a condição humana antes do surgimento da sociedade como a conhecemos. Note que o estado de natureza é uma mera hipótese e, portanto, não possui uma existência concreta.

De acordo com Hobbes, no estado de natureza, há uma **igualdade quanto às capacidades**, isto é, embora haja alguns homens mais fortes, outros mais inteligentes ou mais espirituosos, todos possuem a capacidade de desenvolver certas habilidades, de modo que mesmo o mais forte pode sucumbir caso os mais fracos se associem para derrotá-lo. Assim, da igualdade de capacidades, surge a igualdade no que diz respeito à esperança de atingir o que deseja. Portanto, se dois homens desejam a mesma coisa ao mesmo tempo em que esta é impossível de ser usufruída por ambos, eles tornam-se inimigos.

Com isso, Hobbes conclui que na natureza humana existem três causas principais de discórdia, quais sejam, a **competição**, a **desconfiança** e a **glória**.

Ou seja, se dois homens desejam o mesmo bem eles tenderão a competir. Além disso, mesmo aquele capaz de conquistar o bem desejado, deveria desconfiar que os outros pudessem em algum momento atacá-lo. Por fim, os homens naturalmente buscam a glória e o reconhecimento dos demais.

Por isso, Hobbes descreve o estado de natureza como uma **guerra de todos contra todos**.

Segundo ele, nessa perspectiva de guerra constante, não há

nenhuma possibilidade de desenvolvimento das artes, das letras e da sociedade.

Assim, no estado de natureza, o homem vive sob um constante temor e sob o perigo de **morte violenta**.

Desse modo, no estado de natureza hobbesiano, não há lei nem direito e, portanto, não há noções como “certo” e “errado”, “bem” e “mal”, “justo” e “injusto”. Por isso, todas as ações humanas são praticadas em função da **lei natural**, que corresponde aos princípios racionais de autointeresse, ou seja, à busca por maximizar as chances da própria sobrevivência. Portanto, esse instinto de preservação é movido pelo **medo**, sentimento comum a todos os seres vivos. Nesse ponto, Hobbes enumera diversas leis da natureza, porém são as três primeiras que fundamentam o surgimento da sociedade. Vejamos:

- Procurar a paz e alcançá-la defendendo-se com todos os meios possíveis;
- Renunciar ao direito de todas as coisas quando os outros também renunciam;
- Respeitar os pactos estipulados.

Assim, buscando a paz e a defesa de si mesmos, os homens consentem em renunciar ao direito a todas as coisas desde que os demais também renunciem. Dessa renúncia mútua e daquilo que impõe a terceira lei natural, isto é, que é necessário respeitar os pactos estipulados, surge o **contrato social**. Nesse sentido, podemos concluir que os indivíduos consentem em se sujeitar ao governo para **manter a segurança**. Desse modo, para administrar o cumprimento do contrato, surge a figura do **soberano**, que pode ser expressa tanto por um **monarca** (o que é preferível) quanto por uma **assembleia**. Segundo Hobbes, o soberano é o único que não está sujeito aos termos do contrato social, pois uma vez que a sua função é garantir a paz e a segurança, ele deve dispor de **poderes absolutos**.

De acordo com John Locke, embora o estado de natureza seja caracterizado pela ausência de uma lei política, nele vigora a lei da natureza, que indica aos homens a igualdade que existe entre eles. Dessa lei natural derivam os **direitos naturais**, isto é, certos bens básicos que os homens possuem simplesmente por pertencer ao gênero humano. Dentre esses direitos estão o direito à **vida**, à **liberdade** e à **propriedade**. Note que Locke utiliza a palavra propriedade com um sentido bastante amplo, ora referindo-se à propriedade privada, tal como a conhecemos, ora referindo-se à propriedade que o indivíduo tem sobre a sua vida e sobre a sua liberdade.

Nessa perspectiva, o mundo natural se apresenta como uma propriedade comum. Porém, à medida que um homem imprime o seu trabalho sobre a terra, por exemplo, ela passa a ser propriedade dele. Em outras palavras, é o trabalho que fundamenta o direito natural à propriedade. Assim, uma vez que o trabalho humano é limitado, o direito à propriedade também o é. Contudo, não há limites que impeçam que esse homem troque o excedente daquilo que produziu por dinheiro.

Enquanto Thomas Hobbes entendia o estado de natureza como uma guerra constante de todos contra todos, John Locke propunha que, mesmo antes do surgimento da sociedade civil, os homens viviam em uma condição de relativa paz. Entretanto, embora os conflitos não fossem comuns, quando aconteciam não havia uma autoridade superior para julgá-los. Portanto, no estado de natureza, todos os homens são juízes da lei natural. Nesse sentido, ao julgar os responsáveis pelos danos que sofreu, um homem pode ser tomado pelo sentimento de vingança ou pelo egoísmo, que o levarão a causar mal aos outros.

Além disso, mesmo que todos os homens possuíssem o direito natural à vida, à liberdade e à propriedade, no estado de natureza, não havia um poder capaz de garantir o cumprimento e a preservação desses direitos. Assim, a necessidade e a conveniência levaram os homens a consentir em abdicar de parte de sua liberdade, bem como do seu direito de julgar para, mediante o estabelecimento de um **contrato social**, dar origem ao Estado.

Note que, nessa perspectiva, o Estado possui duas funções básicas, quais sejam, **mediar os conflitos** entre os indivíduos e **garantir os direitos naturais**. Caso o governante não cumpra tais funções, ele pode e deve ser destituído do poder. Essa postura ficou conhecida como **direito de resistência** ou **direito de rebelião**.

Com isso, o poder do governante não é absoluto, como na teoria contratualista de Hobbes, mas sim limitado pelas próprias leis. Aliás, Locke propõe que as atividades relativas ao Estado devem ser divididas entre o **poder legislativo**, responsável por elaborar as leis com base nos direitos naturais, o **poder executivo**, responsável por administrar e aplicar as leis e o **poder federativo**, responsável pelas questões externas, como a relação com outras nações.

Note que os poderes executivo e federativo estão subordinados ao poder legislativo. Mais tarde, Montesquieu, em sua obra *O Espírito das Leis* (1748), aprimora essa proposta de Locke, consolidando assim a separação entre os poderes, de modo que todos se vigiem mutuamente para evitar abusos.

Assim como Thomas Hobbes e John Locke, **Jean-Jacques Rousseau** era um filósofo **contratualista**. Porém, ele chegou a conclusões totalmente diferentes daquelas propostas pelos pensadores ingleses. De acordo com ele, existem duas espécies de desigualdade entre os homens. A primeira, estabelecida pela natureza, diz respeito a aspectos naturais ou físicos: as diferenças de idade, saúde, força do corpo e das qualidades do espírito e da alma. A

segunda, estabelecida por convenção, diz respeito às distinções morais ou políticas, isto é, aquelas que fazem os homens serem ricos, homenageados, poderosos, ou capazes de se fazerem obedecer.

No seu Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, Rousseau se propõe a estudar como se deu a passagem de uma espécie de desigualdade para a outra. Em outras palavras, trata-se de entender os movimentos feitos pelo homem que o arrancaram de seu **estado de natureza** para torná-lo cidadão.

O método que ele adotará para retornar ao estado de natureza é, primeiro, afastar todos os fatos e considerar, em sua pesquisa, apenas o raciocínio. Só ele possui o rigor lógico necessário para essa atividade, ainda que suas conclusões sejam hipotéticas. Rousseau admite que o estado de natureza tal como ele o concebe talvez nunca tenha existido, mas que é possível extrair desse exercício racional algumas noções justas sobre os homens. Longe de se ater às questões pertinentes à evolução da espécie, o filósofo pensará o homem natural com o mesmo aspecto físico dos homens de seu tempo, porém vivendo em condições muito diferentes.

Despojado de todos os dons e de todas as faculdades adquiridas pelos inúmeros progressos, Rousseau apresenta o homem natural como sendo menos forte do que alguns animais, menos ágil do que outros; mas, em conjunto, organizado de maneira mais vantajosa. A terra em que vive, muito mais fértil e abundante do que hoje, fornece

ao homem abrigo e provisões por toda a parte. O homem natural, habituado às intempéries e a defender-se sem armas ou a fugir das bestas ferozes, adquire um temperamento robusto. O corpo é o seu único instrumento; nele, estão todas as forças de que dispõe e tudo o que necessita para garantir a própria sobrevivência. Quanto às enfermidades naturais que podem atingi-lo – sendo elas a infância, a velhice e as doenças —, Rousseau conclui que as duas primeiras pertencem a todos os animais e a última pertence ao homem que vive em sociedade.

Nesse estado natural, o homem é capaz de ouvir a **voz da natureza**; nele, encontram-se o **amor de si** e a **piedade** em sua forma mais pura. Entende-se por amor de si o instinto de conservação. Porém, ao contrário do que propõe Hobbes, esse instinto presente no homem selvagem não é prejudicial a outrem; pois, para Rousseau, o estado de natureza é o mais propício à paz e, conseqüentemente, o mais conveniente ao gênero humano. Já a piedade é o sentimento que faz com que o homem seja capaz de se colocar no lugar daquele que sofre. No entanto, a passagem para a vida em sociedade custou ao homem boa parte dos seus atributos naturais. Vejamos como Rousseau descreve esse momento:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, agarrando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus

semelhantes: “Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!”

Assim, a terra tornou-se propriedade privada e, mesmo com o cultivo, já não é capaz de alimentar e abrigar todos. O homem social não dispõe do mesmo vigor que o homem natural, uma vez que o desenvolvimento da indústria promoveu a falta de exercício físico. Seu temperamento amainou-se. As doenças proliferaram.

A voz da natureza tornou-se inaudível. O amor de si perverteu-se em **amor-próprio**, a piedade perverteu-se em **fraqueza**. É nesse contexto que surge a teoria rousseauiana do “bom selvagem”, que pode ser sintetizada na famosa frase: “O homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe.”

Nessa perspectiva, os problemas no estado de natureza começaram a partir do surgimento da **propriedade privada**. Opondo ricos e pobres, ela gerou uma série de conflitos e de lutas por poder. Disso, decorre a necessidade de um poder comum para regular a vida das pessoas. Faz-se, então, um contrato social, por meio do qual os homens cedem a sua liberdade e sua autonomia em favor de um soberano, que passa a mediar os conflitos. Nasce, portanto, segundo Rousseau, tanto o Estado quanto a **sociedade civil**. Note que o Estado não surge como um bem para os indivíduos, mas sim para proteger a propriedade privada.

Desse modo, os homens cederam a sua liberdade e, com exceção daqueles que tinham posses, não receberam nada em troca.

De acordo com Rousseau, o verdadeiro contrato social não é um acordo entre senhores e escravos, mas sim um pacto político entre iguais, para instaurar a **vontade geral** que deverá se sobrepor a todas as vontades particulares, de modo a estabelecer o **bem comum**. Assim, é necessário diferenciar governo e soberania. Se o governo pode ser exercido por um único indivíduo ou um grupo limitado, a soberania, por sua vez, é e permanece sempre sendo do povo como um todo. À medida em que o governo não cumpra a vontade geral, o povo tem todo o direito de substituir aquele que não está exercendo corretamente sua função. Não à toa, Rousseau era um crítico do absolutismo e considerava a democracia uma forma superior de governo.

Desse modo, para superar a desigualdade instaurada pela sociedade civil, Rousseau defende que os homens façam um novo contrato social, inspirado na experiência política das antigas civilizações, nas quais predominava o **consenso**. Esse novo pacto deve defender a liberdade do homem, perdida pela fundação do Estado.

Se o homem é livre no **estado de natureza**, conclui-se que a única forma de recuperar essa liberdade, no estado civil, é escolhendo seus representantes e a melhor forma de organizar o governo; pois, se ele obedece a um Estado e a um governo que ajudou a criar e escolheu obedecer, então é livre.

Filosofia contemporânea

(Caiu 2 vezes no Enem 2017,
1 vez no Enem 2018,
2 vezes no Enem 2019,
2 vezes no Enem 2020
e 1 vez no Enem 2021)

Nietzsche

Para Nietzsche, tanto a realidade quanto o próprio ser humano são formados por dois princípios complementares, chamados de **apolíneo e dionisíaco**.

O primeiro faz referência ao deus Apolo (deus da razão, da clareza, da ordem) e o segundo a Dioniso (deus da aventura, da música, da fantasia, da desordem). Ao valorizar o princípio apolíneo e reprovar o dionisíaco, a Grécia socrática criou um verdadeiro culto à razão que anula a força criadora do ser humano em todas as suas atividades, inclusive na filosofia.

A partir da ideia de que os valores são humanos (demasiado humanos), Nietzsche se dedica a traçar a história dos valores “bem” e “mal”. Assim, analisando as civilizações passadas, ele chega à conclusão de que existem duas perspectivas avaliadoras: a dos **nobres** e a dos **ressentidos**.

Essas perspectivas avaliadoras correspondem ao que Nietzsche denomina **Moral dos senhores** (os nobres) e **Moral dos escravos** (os ressentidos).

Em sua filosofia, Nietzsche opera uma desconstrução da linguagem, alterando e ou invertendo o significado de diversos termos, como é o caso do **niilismo**.

Tradicionalmente o termo niilismo (do latim nihil) pode ser entendido como a “ausência de valores”, porém com Nietzsche esse conceito ganha um novo significado.

Aqui podemos retomar a profunda crítica que ele faz à moral cristã, entendendo-a como a expressão da negação da vida. Nesse sentido, niilista é todo aquele que nega o mundo real em função de um ideal, seja ele qual for (o mundo das ideias de Platão, o paraíso cristão, a sociedade sem classes de Marx etc.). Para ele, o homem deve não só viver no mundo real, sem idealizações, mas amar o próprio destino (**amor fati**).

Foucault

Por mais que as suas obras sejam diferentes entre si, todas elas têm como objetivo central desvendar o que é o poder e as formas como ele se exerce. Obviamente, antes de Foucault, vários outros filósofos como Maquiavel e Marx, por exemplo, já haviam discutido esse tema. Entretanto, a abordagem foucaultiana foi totalmente inovadora – e por várias razões.

Em primeiro lugar, diferente dos filósofos que o precederam, Foucault não acreditava que o poder fosse apenas uma parte específica das relações humanas. Para ele, o poder é a própria **base dessas relações**, é a malha a partir da qual elas se efetivam. Por isso, todas as relações humanas são relações de poder.

Além disso, Foucault discordava da ideia segundo a qual existem formas de poder mais significativas do que outras, como se a violência e a dominação pudessem se reduzir a uma única forma ou modelo. Na verdade, como o poder está presente em tudo o que o homem faz, o que há são variadas formas de exercício do poder, múltiplas e irredutíveis entre si.

Por fim, Foucault se contrapõe à tese de que, nas relações de poder, alguns sujeitos detêm a força e a dominação, enquanto outros são meramente passivos, oprimidos e violentados. Segundo ele, o **poder é sempre relacional**. Ou seja, onde há poder, há também resistência ou os chamados **contrapoderes**.

Desse modo, a visão geral que ele desenvolveu a respeito do poder moldou também as suas pesquisas e o seu trabalho como intelectual. Uma vez que, ao pensarem o poder como algo localizado, uniforme e não-relacional, os filósofos tradicionais, sempre que se dispuseram a analisar o exercício da dominação, acabaram por privilegiar o estudo das grandes instituições sociais, daqueles que obviamente exercem poder, tais como o Estado, as forças armadas, as organizações religiosas e o sistema econômico.

Foucault, por sua vez, ao pensar o poder como a base de todas as relações sendo, portanto, múltiplo e relacional, procurou mostrar, acima de tudo, como o poder se encontra presente nos ambientes, circunstâncias em que nós menos imaginamos, tais como a **escola**, a **ciência**, o **hospital**, a **prisão** etc.

Por isso, ele buscou compreender como o poder se exerce através das teorias científicas ou dos discursos sobre a sexualidade e a loucura, por exemplo.

Nesse esforço de desvendar os mecanismos da dominação, Foucault elaborou uma teoria a respeito da forma de exercício do poder predominante na sociedade capitalista: o **biopoder** ou **biopolítica**. Como o próprio nome indica, o biopoder está associado à vida, mas como assim? Foucault considerava que a melhor forma de compreender o biopoder é compará-lo com o modo de exercício do poder tipicamente vigente antes dele: o chamado **poder de morte** ou **direito de soberania**.

De fato, nas sociedades absolutistas e pré-capitalistas, o rei, como soberano, concentrava todo o poder político e possuía total domínio sobre os súditos.

Esse enorme poder, manifestava-se, sobretudo, através da morte, seja quando ele condenava alguém à pena capital, matando o súdito diretamente, seja quando ele o enviava à guerra, expondo-o assim à possibilidade de morrer.

Em outras palavras, o direito de soberania, exercido pelos reis, era um poder que controlava a vida encerrando-a. Ou seja, que exercia a sua dominação extinguindo as forças vitais do indivíduo.

No entanto, com a industrialização, tornou-se necessário constituir um novo tipo de poder, cujo objetivo não é mais violentar ou diminuir a vitalidade dos indivíduos, mas sim aumentá-la e fortalecê-la. Surge, portanto, o **biopoder**, isto é, um poder que visa **aumentar a vitalidade dos indivíduos** para melhor controlá-los. Não à toa, o século XIX é o século de formação da biologia como ciência, do malthusianismo, da preocupação com o controle de natalidade, do darwinismo social, da condenação da homossexualidade como doença (e não apenas como pecado), dos ideólogos do racismo, etc.

De fato, o biopoder ou biopolítica, em todas as suas manifestações (umas julgadas comumente como boas e outras como terríveis), parte sempre do mesmo princípio: trata-se de potencializar a vida humana, de fortalecer a saúde do indivíduo, para que este se torne mais produtivo. Em outras palavras, para que ele se torne mais útil ao sistema econômico vigente e ao organismo social como um todo.

Portanto, ao contrário do direito de soberania, que se exercia pela violência física e pela extinção da vida do indivíduo, o biopoder se exerce de modo sutil: não pelo enfraquecimento das forças vitais, mas pelo seu controle mais eficiente; não pela diminuição da saúde do corpo, mas pelo seu **adestramento**.

Assim, o biopoder se exerce, sobretudo, através das normas, das regras, dos regulamentos. Sua lógica é a da **disciplinarização** e da **docilização dos corpos**.

Para Foucault, o símbolo da sociedade disciplinar em que vivemos é o **panóptico**. O panóptico foi um modelo prisional proposto pelo filósofo inglês Jeremy Bentham. Nesse modelo, haveria uma torre de vigilância centralizada, com diversas celas no entorno.

Essa pequena mudança na estrutura das prisões permitiria, ao mesmo tempo, reduzir os custos e intensificar os mecanismos de controle. Uma vez que os vigilantes observariam as celas, do alto da torre, sem serem observados, o que produziria entre os presos uma dúvida da vigilância e garantiria o bom comportamento mesmo se ninguém estivesse olhando.

EXERCÍCIOS ENEM



1. (ENEM 2021) Sócrates: “Quem não sabe o que uma coisa é, como poderia saber de que tipo de coisa ela é? Ou te parece ser possível alguém que não conhece absolutamente quem é Mênon, esse alguém saber se ele é belo, se é rico e ainda se é nobre? Parece-te ser isso possível? Assim, Mênon, que coisa afirmas ser a virtude?”.

PLATÃO. Mênon. Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2001 (adaptado).

A atitude apresentada na interlocução do filósofo com Mênon é um exemplo da utilização do(a)

- a) escrita epistolar
- b) método dialético
- c) linguagem trágica
- d) explicação fisicalista
- e) suspensão judicativa



2. (ENEM DIGITAL 2020) Há um tempo, belas e boas são todas as ações justas e virtuosas. Os que as conhecem nada podem preferir-lhes. Os que não as conhecem, não somente não podem praticá-las como, se o tentam, só cometem erros. Assim praticam os sábios atos belos e bons, enquanto os que não o são só podem descambar em faltas. E se nada se faz justo, belo e bom que não pela virtude, claro é que na sabedoria se resumem a justiça e todas as mais virtudes.

XENOFONTE. Ditos e feitos memoráveis de Sócrates. Apud CHALITA, G. Vivendo a filosofia. São Paulo: Ática, 2005.

Ao fazer referência ao conteúdo moral da filosofia socrática narrada por Xenofonte, o texto indica que a vida virtuosa está associada à

- a)** aceitação do sofrimento como gênese da felicidade suprema.
- b)** moderação dos prazeres com vistas à serenidade da alma.
- c)** contemplação da *physis* como fonte de conhecimento.
- d)** satisfação dos desejos com o objetivo de evitar a melancolia.
- e)** persecução da verdade como forma de agir corretamente.



3. (ENEM 2020) Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhe parece um bem; se todas as comunidades visam algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens.

ARISTÓTELES. Política. Brasília: UnB, 1988.

No fragmento, Aristóteles promove uma reflexão que associa dois elementos essenciais à discussão sobre a vida em comunidade, a saber:

- a) Ética e política, pois conduzem à eudaimonia.
- b) Retórica e linguagem, pois cuidam dos discursos na ágora.
- c) Metafísica e ontologia, pois tratam da filosofia primeira.
- d) Democracia e sociedade, pois se referem a relações sociais.
- e) Geração e corrupção, pois abarcam o campo da physis.



4. (ENEM DIGITAL 2020) Sem negar que Deus prevê todos os acontecimentos futuros, entretanto, nós queremos livremente aquilo que queremos. Porque, se o objeto da presciência divina é a nossa vontade, é essa mesma vontade assim prevista que se realizará. Haverá, pois, um ato de vontade livre, já que Deus vê esse ato livre com antecedência.

SANTO AGOSTINHO. O livre-arbítrio. São Paulo: Paulus, 1995 (adaptado).

Essa discussão, proposta pelo filósofo Agostinho de Hipona (354-430), indica que a liberdade humana apresenta uma

- a) natureza condicionada.
- b) competência absoluta.
- c) aplicação subsidiária.
- d) utilização facultativa.
- e) autonomia irrestrita.



5. (ENEM 2018) Desde que tenhamos compreendido o significado da palavra “Deus”, sabemos, de imediato, que Deus existe. Com efeito, essa palavra designa uma coisa de tal ordem que não podemos conceber nada que lhe seja maior. Ora, o que existe na realidade e no pensamento é maior do que o que existe apenas no pensamento. Donde se segue que o objeto designado pela palavra “Deus”, que existe no pensamento, desde que se entenda essa palavra, também existe na realidade. Por conseguinte, a existência de Deus é evidente.

TOMÁS DE AQUINO. Suma teológica. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

O texto apresenta uma elaboração teórica de Tomás de Aquino caracterizada por

- a)** reiterar a ortodoxia religiosa contra os heréticos.
- b)** sustentar racionalmente doutrina alicerçada na fé.
- c)** explicar as virtudes teologais pela demonstração.
- d)** flexibilizar a interpretação oficial dos textos sagrados.
- e)** justificar pragmaticamente crença livre de dogmas.



6. (ENEM 2021) A filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a metafísica; o tronco, a física, e os ramos que saem do tronco são todas as outras ciências, que se reduzem a três principais: a medicina, a mecânica e a moral, entendendo por moral a mais elevada e a mais perfeita porque pressupõe um saber integral das outras ciências, e é o último grau da sabedoria.

DESCARTES, R. Princípios da filosofia. Lisboa: Edições 70, 1997 (adaptado).

Essa construção alegórica de Descartes, acerca da condição epistemológica da filosofia, tem como objetivo

- a)** sustentar a unidade essencial do conhecimento.
- b)** refutar o elemento fundamental das crenças.
- c)** impulsionar o pensamento especulativo.
- d)** recepcionar o método experimental.
- e)** incentivar a suspensão dos juízos.



7. (ENEM 2020) Adão, ainda que supuséssemos que suas faculdades racionais fossem inteiramente perfeitas desde o início, não poderia ter inferido da fluidez e transparência da água que ela o sufocaria, nem da luminosidade e calor do fogo que este poderia consumi-lo. Nenhum objeto jamais revela, pelas qualidades que aparecem aos sentidos, nem as causas que o produziram, nem os efeitos que dele provirão; e tampouco nossa razão é capaz de extrair, sem auxílio da experiência, qualquer conclusão referente à existência efetiva de coisas ou questões de fato.

HUME, D. Uma investigação sobre o entendimento humano. São Paulo: Unesp, 2003.

Segundo o autor, qual é a origem do conhecimento humano?

- a)** A potência inata da mente.
- b)** A revelação da inspiração divina.
- c)** O estudo das tradições filosóficas.
- d)** A vivência dos fenômenos do mundo.
- e)** O desenvolvimento do raciocínio abstrato.



8. (ENEM DIGITAL 2020) O fim último, causa final e desígnio dos homens, ao introduzir uma restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita; quer dizer, o desejo de sair da mísera condição de guerra que é a consequência necessária das paixões naturais dos homens, como o orgulho, a vingança e coisas semelhantes. É necessário um poder visível capaz de mantê-los em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito às leis, que são contrárias a nossas paixões naturais.

HOBBS, T. M. *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (adaptado).

Para o autor, o surgimento do estado civil estabelece as condições para o ser humano

- a)** internalizar os princípios morais, objetivando a satisfação da vontade individual.
- b)** aderir à organização política, almejando o estabelecimento do despotismo.
- c)** aprofundar sua religiosidade, contribuindo para o fortalecimento da Igreja.
- d)** assegurar o exercício do poder, com o resgate da sua autonomia.
- e)** obter a situação de paz, com a garantia legal do seu bem-estar.



9. (ENEM 2018) Tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e invenção.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Não vamos concluir, com Hobbes que, por não ter nenhuma ideia de bondade, o homem seja naturalmente mau. Esse autor deveria dizer que, sendo o estado de natureza aquele em que o cuidado de nossa conservação é menos prejudicial à dos outros, esse estado era, por conseguinte, o mais próprio à paz e o mais conveniente ao gênero humano.

ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (adaptado).

Os trechos apresentam divergências conceituais entre autores que sustentam um entendimento segundo o qual a igualdade entre os homens se dá em razão de uma

- a) predisposição ao conhecimento.
- b) submissão ao transcendente.
- c) tradição epistemológica.
- d) condição original.
- e) vocação política.



10. (ENEM 2019) Eis o ensinamento de minha doutrina: “Viva de forma a ter de desejar reviver — é o dever —, pois, em todo caso, você reviverá! Aquele que ama antes de tudo se submeter, obedecer e seguir, que obedeça! Mas que saiba para o que dirige sua preferência, e não recue diante de nenhum meio! É a eternidade que está em jogo!”.

NIETZSCHE apud FERRY, L. Aprender a viver: filosofia para os novos tempos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010 (adaptado).

O trecho contém uma formulação da doutrina nietzscheana do eterno retorno, que apresenta critérios radicais de avaliação da

- a) qualidade de nossa existência pessoal e coletiva.
- b) conveniência do cuidado da saúde física e espiritual.
- c) legitimidade da doutrina pagã da transmigração da alma
- d) veracidade do postulado cosmológico da perenidade do mundo.
- e) validade de padrões habituais de ação humana ao longo da história.





GABARITOS

1. B) O texto apresenta uma passagem que ficou conhecida como “Paradoxo de Mênon”. Essa passagem é um exemplo da utilização do método dialético. Note que, por meio do diálogo e da oposição de ideias, Sócrates busca problematizar o conhecimento humano.

2. E) O texto de Xenofonte indica que a vida virtuosa está associada à perseguição (perseguição) da verdade. Ou seja, para que se possa praticar ações justas e virtuosas é preciso conhecê-las. Portanto, é necessário buscar a verdade. Note que a alternativa B corresponde a um pensamento presente na filosofia estoica. A alternativa C, por sua vez, corresponde a um pensamento presente na filosofia epicurista. Já a alternativa D está relacionada ao hedonismo.

3. A) Na perspectiva aristotélica ética e política são indissociáveis, pois enquanto a ética visa o bem supremo, isto é, a eudaimonia (felicidade) na esfera privada, a política visa o bem comum, ou seja, a harmonia na esfera pública. Com isso, Aristóteles, estabelece o caminho percorrido pelo homem até instituir a pólis (cidade-Estado), que é a forma mais desenvolvida de vida em comunidade.

4. A) A discussão, proposta por Agostinho de Hipona, indica que a liberdade humana apresenta uma natureza condicionada. Note que embora Deus preveja os nossos atos antecipadamente, Ele não interfere nas nossas escolhas. Por isso, o nosso livre-arbítrio está condicionado ao julgamento e, conseqüentemente, à punição divina.

5. B) A filosofia medieval foi marcada pela tentativa de conciliação entre o pensamento racional e a fé cristã. Tomás de Aquino é um dos maiores expoentes desse período, sobretudo daquilo que ficou conhecido como Escolástica.

6. A) A epistemologia (teoria do conhecimento) cartesiana aponta para uma concepção de filosofia próxima àquela presente na tradição clássica, mais notadamente aristotélica, que afirma que a filosofia é essencialmente una. Para Descartes, o conhecimento é uma manifestação única que se complementa nas diversas áreas da filosofia. Tanto o conhecimento natural quanto o conhecimento moral fazem parte de um mesmo sistema filosófico.



GABARITOS

7. D) David Hume foi um filósofo empirista e, portanto, defendia que todo o conhecimento humano era apreendido através da experiência sensível. Nesse sentido, para que haja conhecimento, é necessário vivenciar os fenômenos do mundo.

8. E) De acordo com Hobbes, o estado civil estabelece as condições para que o ser humano obtenha a situação de paz. Nesse sentido, podemos concluir que os indivíduos consentem em se sujeitar ao governo para manter a segurança.

9. C) As teorias políticas de Hobbes e Rousseau divergem acerca da condição original do homem, isto é, sobre qual era o modo de vida dos homens no estado de natureza. Em sua obra “Leviatã” (1651), Hobbes descreve o estado de natureza como uma guerra constante de todos contra todos, na qual o homem é o lobo do homem. Ou seja, guiados pelo instinto de autopreservação, para garantir a própria sobrevivência, os homens se atacam mutuamente. Para pôr termo à guerra, foi necessário que todos os homens, por meio de um contrato, abrissem mão de parte da própria liberdade em favor de um soberano capaz de mediar os conflitos, garantindo a segurança e a paz. Rousseau, por sua vez, em seu “Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens” (1755), defende que, no estado de natureza, os homens viviam de maneira harmônica, guiados não pela razão, mas pelo amor-de-si e pela piedade; eles constituíam o chamado “bom selvagem”. Para Rousseau, é a partir da celebração do contrato social que a desigualdade e os problemas começam a surgir entre os homens; pois, para ele, o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe.

10. A) A doutrina do eterno retorno do mesmo é, de acordo com Nietzsche, um critério de avaliação da qualidade de nossa existência pessoal e coletiva. Segundo ele, o homem doente e fraco produzido pelos valores morais do escravo dará lugar ao que ele chama de Além-do-homem (ou super-homem), um homem sadio e forte, que é capaz de viver esta vida aqui e agora, sem idealizações ou transcendências, como se ela fosse se repetir tal como é um número infinito de vezes (como um eterno retorno do mesmo).

**AGORA É SÓ
CHUTAR PRO GOL
E COMEMORAR
A APROVAÇÃO**

